

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

THAÍS DOS SANTOS DOMINGOS

**ROTAS EM MOVIMENTO:
trajetórias quilombolas em Helvécia**

Produto jornalístico: Livro de perfis

Mariana
2022

THAÍS DOS SANTOS DOMINGOS

**ROTAS EM MOVIMENTO:
trajetórias quilombolas em Helvécia**

Memorial descritivo apresentado ao curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Professora Doutora Maria
Gislene Carvalho Fonseca

Mariana
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D671r Domingos, Thais dos Santos.
Rotas em movimento [manuscrito]: trajetórias quilombolas em
Helvécia. / Thais dos Santos Domingos. - 2022.
50 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Memória. 2. Quilombolas - Bahia. 3. Oralidade na literatura. I.
Fonseca, Maria Gislene Carvalho. II. Universidade Federal de Ouro Preto.
III. Título.

CDU 070

Bibliotecário(a) Responsável: Michelle Karina Assuncao Costa - SIAPE: 1.894.964



FOLHA DE APROVAÇÃO

THAIS DOS SANTOS DOMINGOS

**Rotas em movimento:
trajetórias quilombola em Helvécia**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 15 de dezembro de 2022

Membros da banca

Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca (Orientadora - UFMA)
Prof. Dr. Evandro José Medeiros Laia (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Pâmela Guimarães (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

A Profa. Dra. Maria Gislene Carvalho Fonseca, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/05/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Fernando Jauregui Pinto, COORDENADOR(A) DE CURSO DE JORNALISMO**, em 30/05/2023, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0532448** e o código CRC **387A0709**.

Dedico este trabalho a minha família, aos amigos que me foram colo nessa caminhada e às comunidades quilombolas Cândido Mariano e Helvécia.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste trabalho é a realização de um sonho. Agradeço a Ori, a Deus e todos os ancestrais que me protegem e guiam, por terem me conduzido e me mantido firme, apesar dos desafios enfrentados. A minha mãe Dilsa e minha tia Angélica, que sempre acreditaram em meu potencial e me incentivaram ao longo da graduação, quero dedicar as coisas mais bonitas que vivo e que ainda vou viver. Às minhas avós Marias, pelo zelo, o gosto por querer contar histórias, pelas rezas e carinho. A todas as mulheres negras com quem partilho laços de sangue e também de alma: sou grata por me ensinarem sobre o que é a força inesgotável do amor.

Ao meu tio e eterno professor Juca, pelas provocações e estímulos acerca de minha consciência racial e negritude como atos de afirmação política. Ao meu avô Adalberto, pelas histórias contadas sobre as origens de nossa família e por me levar pela primeira vez à comunidade.

Aos amigos que fiz neste percurso, em especial: Matheus Santos, obrigada pela lealdade, colo e afeto; Sabrina Pereira e Lucas Stoeler, pela companhia e cumplicidade; Hellen Perucci pelo apoio, parceria de pautas e sonhos; a Mariana Assis e a Dâmaris Carla, pela inspiração e amizade; a Paula Teodoro e Mariana Marques, pelo elo firmado nas lutas e aprendizados.

À Juliana Alves pela irmandade e por segurar minha mão.

Às pessoas que conheci ao ir para Helvécia na feitura deste trabalho: meus primos Adriano Santos, Claudiana Santos e suas famílias. Gratidão pelo auxílio e acolhimento em suas casas. À Geiciane Santos por ser minha fiel escudeira, imprescindível e mais que presente para o processo de apuração deste trabalho.

À todas as pessoas que me permitiram contar suas histórias tão valiosas.

À minha psicóloga Hilcécia Moreira, por todo apoio em minha jornada de autoconhecimento e cura.

Agradeço também a Jade Alcântara Lôbo pela consultoria. À Hannah Abranches pelo desenvolvimento do projeto gráfico e sensibilidade, à Mallu Caetano pela revisão e palavras

de conforto e acalanto. Por fim, agradeço a Gisa Carvalho pela orientação e generosas contribuições.

*“Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.”*
- Nego Bispo.

RESUMO

Este trabalho tem como intuito articular os conceitos de memória, contra-colonialidade e subjetividade na base argumentativa do livro de perfis “Rotas em movimento: trajetórias quilombolas em Helvécia”. O objetivo é contemplar diferentes narrativas de moradoras e moradores da comunidade quilombola de Helvécia, a partir de referências que trazem a história de vida das personagens como categoria central da escrita dos perfis – gênero jornalístico a ser explorado neste trabalho. Os perfis foram construídos a partir de entrevistas com as personagens do livro, no qual suas histórias e relações com a comunidade são marcadores centrais na narrativa. No memorial, trouxemos os pontos centrais da articulação dos conceitos discutidos por Antônio Nego Bispo, Leda Maria Martins e Fabiana Moraes somados à intenção que é pretendida pelo produto: contar histórias que ainda não foram documentadas e que dialogam coletivamente à história da comunidade quilombola de Helvécia.

Palavras-chave: Memória. Perfil. Oralidade. Helvécia.

ABSTRACT

This work aims to articulate the concepts of memory, countercoloniality and subjectivity in the argumentative basis of the profile book "Routes in motion: quilombola trajectories in Helvécia". The objective is to contemplate different narratives of residents and residents of the quilombola community of Helvécia, from references that bring the life story of the characters as the central category of the writing of profiles – journalistic genre to be explored in this research. The profiles were constructed from interviews with the characters in the book, in which their stories and relationships with the community are central markers in the narrative. In the memorial, we brought the central points of the articulation of the concepts discussed by Antônio Nego Bispo, Leda Maria Martins and Fabiana Moraes added to the intention that is intended by the product: to tell stories that have not yet been documented and that collectively dialogue with the history of the Quilombola community of Helvécia.

Keywords: Memory. Profile. Orality. Helvecia.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Documentos referentes à certificação oficial de Helvécia como comunidade quilombola.....46

Registro 1: Reconhecimento oficial de Helvécia, publicado no Diário Oficial da União em abril de 2005.....46

Registro 2: Certidão de autorreconhecimento de Helvécia, emitida em março de 2005..... 47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Peji do terreiro de umbanda Pai Benedito.....48

Figura 2: Foto de Geiciane Santos, utilizada como referência para a capa do livro.....49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. RECONHECER PARA CONHECER: ENCONTROS NECESSÁRIOS PARA A PRODUÇÃO DE SABERES	13
1.2. OBJETIVO GERAL	16
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2. PLANO DE TRABALHO E PAUTA ESTENDIDA	16
2.1. FONTES PRIMÁRIAS	17
2.1.1. Dona Cocota	17
2.1.2. Seu Zé Maia	18
2.1.3. Jane Krull e Juliana Krull	19
2.1.4. Polyana Ricardo	20
3. A ESCRITA DE PERFIS SOB UMA PERSPECTIVA CONTRA-COLONIAL	20
3.1. O PERFIL E A NARRATIVA JORNALÍSTICA	20
3.2. ENTREVISTA, SUBJETIVIDADE E ESCRIVIVÊNCIA	23
3.3. QUILOMBOS, TEMPORALIDADES E CONTRA- COLONIALIDADE	29
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	46

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata dos procedimentos conceituais e técnicos da construção de um livro de perfis jornalísticos acerca de quatro histórias de vida de pessoas que residem na comunidade quilombola de Helvécia, distrito de Nova Viçosa, localizada no extremo sul da Bahia, a 813 km da capital Salvador. Reconhecida oficialmente pela Fundação Palmares como território quilombola em 2005, atualmente, Helvécia possui 3741 habitantes, segundo dados de 2010 equivalentes ao último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados estão sujeitos a alterações devido ao censo que está em andamento em 2022.

A comunidade já foi denominada Colônia Leopoldina no começo do século XIX por colonizadores alemães e suíços que vieram para o território com o intuito de explorar a terra por meio da monocultura de café, feita por meio da mão de obra escravizada. Helvécia é citada regularmente em produções acadêmicas como em: Gomes (2009), Santana (2008), Oliveira (2018) e Carmo (2010).

Pesquisadores(as) e estudiosos(as) a retratam como um lugar de memória, resistência e ancestralidade, e principalmente, elucidam as relações conflituosas e modificações geradas no convívio social a partir da eucaliptocultura, com a chegada de empresas do agronegócio, que se instalaram no território a partir da década de 1980. Além disso, os trabalhos também destrincham o processo de reconhecimento oficial da comunidade ocorrido em 2005, que também foi conflituoso e com muitos impasses por parte da população, que era contra o fato de Helvécia ser concebida como um quilombo e os interesses presentes advindos de fazendeiros.

Contudo, é também pertinente observar de modo crítico como a população é restituída acerca dessas produções (linguagem, divulgação e distribuição do material) e como as subjetividades que permeiam as tradições também se reconfiguram no presente. Para além da narrativa baseada somente nos mais velhos como os guardiões da memória coletiva, jovens quilombolas também estão construindo novas histórias, adentrando às universidades públicas, resultado da efetivação da Lei de Cotas¹ e da luta dos movimentos negros para a construção de políticas públicas voltadas à população negra. Além disso, lutando por direitos à educação

¹ Lei 12.711/2012 aprovada em 2012 que garantiu a reserva de 50% das vagas das matrículas de ensino superior pública por curso, a estudantes da rede pública, estudantes de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência.

gratuita e de qualidade, bem como, definindo por meio de suas próprias vozes e experiências sobre o que é ser quilombola.

O percurso a ser visitado neste trabalho traz visibilidade às histórias que permanecem vivas e salvaguardadas na memória coletiva dos habitantes, e as trajetórias de quem participa do tempo presente, coabitando entre laços com o passado por meio da consciência histórica, ancestral e do pertencimento, semeando na terra à proposição de novos futuros. O intuito é que o livro escrito a partir destas histórias, também se torne um registro da história da comunidade sob perspectivas coletivas.

Helvécia, culturalmente se constitui com costumes e festas tradicionais, como: a celebração de São Sebastião, que acontece no final de janeiro e tem como representação uma batalha entre mouros e cristãos pelas ruas até chegar ao centro da cidade; as danças tradicionais, como a do bate-barriga, a capoeira e outras manifestações que foram preservadas ao longo dos anos. Nesse sentido, um dos intuítos deste trabalho, é situar a narrativa das personagens como complementares das brechas entre passado, presente e futuro, partindo do ponto que o tempo pode fluir a partir de lógicas circulares, não necessariamente cronológicas e lineares. Assim, a ideia central é contar as histórias de vida de pessoas que possuem ligação com a comunidade e partilham do senso de pertencimento. Logo, fazem parte dela.

Observar estas histórias também engloba as narrativas que permanecem vivas na memória comunitária, a exemplo da trajetória de Dona Cocota, apelido de Maria da Conceição, mulher negra e centenária que atuou como parteira na comunidade. O legado e a importância desses(as) ancestrais é, de certa forma, validado conscientemente pela juventude negra do local que reconhece esses valores, se mobiliza e se engaja nos espaços universitários pela defesa de seus direitos e identidades. A presença da afirmação da identidade negra e quilombola a partir da movimentação política da Associação Quilombola de Helvécia, também revela a resistência e organização de um povo, inclusive o engajamento de mulheres negras na luta por emancipação territorial e intelectual.

O mote da escrita deste livro é uma “costura” entre as narrativas, bem como o tecer de uma colcha de retalhos dos saberes. Contamos a história de Helvécia a partir das memórias narradas nos perfis. Pensando também no fato de que a vida, em suas diversas nuances, ultrapassa os limites de categorias que enquadrem as pessoas. A proposta é documentar estas histórias e que as pessoas estejam em evidência sendo protagonistas e sujeitos, com todas as suas subjetividades e integralidades e não apenas como objetos de pesquisa. Alguns

questionamentos norteadores são: como os fios das tradições se atualizam no presente e quais narrativas da tradição emergem nos relatos orais realizados pelas pessoas da comunidade? Quais novas narrativas também estão sendo escritas pela juventude quilombola?

1.1. RECONHECER PARA CONHECER: ENCONTROS NECESSÁRIOS PARA A PRODUÇÃO DE SABERES

É muito importante nós, profissionais da comunicação, pensarmos os perfis como uma abordagem a ser explorada no trabalho jornalístico, no que diz respeito às narrativas de histórias de vida. Bem como, também é fundamental repensarmos sobre as dimensões de poder presente no ato de narrar: quem é levado a calar-se e tem autoridade para narrar, e quais sujeitos têm suas narrativas validadas?

Na obra “Memórias da Plantação”, a intelectual Grada Kilomba (2019) traz uma análise sobre esses processos de silenciamento de pessoas negras a partir da imagem da máscara do silenciamento – um objeto de metal inserido dentro da boca de pessoas negras no contexto escravagista –, com o intuito de impedir que se alimentassem de cacau ou cana-de-açúcar nas plantações, e, claro, levar ao silenciamento dos sujeitos. Para a autora, “a máscara simboliza o colonialismo como um todo.” (KILOMBA, 2019, p. 33). Essa máscara, trazida simbolicamente como meio de silenciar pessoas, persiste no que diz respeito à fala de sujeitos negros, que, ao longo da história, tiveram suas narrativas silenciadas.

Tratando-se de narrativas de povos que tiveram suas vidas invisibilizadas pelos projetos coloniais, é importante que essas vozes ecoem à sua maneira, demarcando o lugar de onde vivem e com a bagagem histórica, social e cultural que pertencem. Bagagem que não só conta a história de um indivíduo, mas que diz respeito a uma memória coletiva que é construída e compartilhada por todos enquanto identidade. Falar sobre narrativas quilombolas é também falar em resistência, em luta pela terra e pelo direito de existir.

Além disso, o desejo de realizar esse projeto veio de uma motivação pessoal, sendo eu uma pessoa advinda de uma família remanescente quilombola. Ao refletir sobre todos os costumes, territórios e vivências que me compõem, me interessa saber sobre as vozes insurgentes que compõem esse território que faz parte da trajetória de vida da minha família (logo, de mim), para além das narrativas dominantes e a partir de um lugar onde as pessoas sejam reconhecidas com todas as extensões e implicações de suas subjetividades e singularidades.

Na busca pela realização desta pesquisa, deparei-me com descobertas que não estavam previstas. Fui reconectada de modo mais próximo à trajetória de meus antepassados e ancestrais. Anteriormente, pouco sabia sobre meus familiares a partir de meu bisavô paterno, Lino Adão Correia Domingos, já falecido, a quem pude conhecer e pedir bênção durante alguns anos de minha infância quando visitava a comunidade que fica a poucos quilômetros dali, denominada de Cândido Mariano, mas conhecida popularmente como “km 87”, em referência a quilometragem até Ponta de Areia, no município de Caravelas, de onde partia a antiga ferrovia Bahia-Minas que ligava o extremo sul da Bahia a Araçuaí, em Minas Gerais.

Inúmeras perguntas ecoavam em minha cabeça acerca de lacunas não preenchidas sobre minha árvore genealógica, uma ausência de nomes e vidas que me eram desconhecidas. De volta ao território, pude me reconectar com minha própria história, descobrindo histórias sobre meu trisavô Albino Correia (*in memoriam*) e conhecendo familiares maternos também moradores de Helvécia, Claudiana Santos e família, Adriano Santos e Pâmela Constantino e Geiciane Santos, a quem serei eternamente grata pelo abrigo e acolhimento, essenciais para a realização deste trabalho.

Em meio às andanças, trago aqui a tradução de um *adinkra* denominado Sankofa²: "nunca é tarde para voltar ao passado e apanhar o que ficou para trás". Voltar ao passado, neste caso, não significa necessariamente regredir ou paralisar-se no tempo, mas retomar o direito à própria história. Através disso, observar a construção da memória coletiva é muito importante, pois é a partir dela que valores são colocados em xeque e também incorporados aos códigos sociais. Longe de uma lógica linear, esse retorno ocorre a partir da reflexão sobre tempo espiralar, percepção defendida pela autora Leda Maria Martins (2021). Esta noção sobre o tempo propõe outros modos de observar as temporalidades, uma alternativa além da versão cronológica, na qual o tempo é visto de modo linear e com cortes demarcados entre começo, meio e fim. No conceito de tempo espiralar, a finalidade de algo (fase ou ciclo) não é um elemento absoluto, já que ações que integram o passado são revisitadas no presente. O passado continua vivo quando trazido ao presente e ao mesmo tempo, mesclando-se com ele.

De acordo com Martins (2021, p. 23), “o tempo espiralar pode ser experimentado de maneira ontológica, havendo simultaneidade das instâncias passado, presente e futuro, tendo como princípio básico do corpo não o repouso, mas o movimento.” Desse modo, nas remodelações e movimentações temporais de partidas e retornos, o tempo é vivenciado

² Ideograma originado do povo Akan, antigos habitantes da região de Gana.

através do corpo (compreendendo também a voz como extensão dele) e das tradições rememoradas. Tais tradições evocam saberes que foram repassadas por meio da oralidade, como um modo de preservação da vida e resistência à morte simbólica, sendo esta a invisibilização e o esquecimento. Estes saberes foram desconsiderados como fontes válidas diante da maneira europeizada de enxergar o mundo.

Martins (2021) defende que, “o que no corpo e na voz se repete é também uma episteme”. (MARTINS, 2021, p.23). Sendo assim, valorizar os saberes constituídos e presentes na comunidade, é uma forma de fomentar as fontes epistemológicas que circulam nos modos de vida e nas práticas do cotidiano da população. Do mais velho ao mais novo, embora as faixas etárias sejam distintas, o fio condutor que ajuda a tecer e salvaguardar a memória coletiva, segue sendo o pertencimento. As temporalidades que são de ordem subjetiva (MBEMBE, 2017) integram os indivíduos de modo individual, mas também a partir daquilo que compartilham coletivamente, como os saberes tradicionais e valores afro-civilizatórios. Estes saberes integram práticas que vão além do modo colonial de ver e viver a vida.

Também utilizo para a construção argumentativa deste trabalho a contra-colonialidade, termo utilizado pelo mestre quilombola e lavrador de palavras³ Antônio Nego Bispo, para se referir “aos processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra-colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.” (BISPO, 2015, p.48). Assim como parte de movimentos que se erguem contra os processos coloniais, a contra-colonialidade se difere de outros conceitos, por fugir da ideia isolada de conceito, pois não pertence apenas ao campo das ideias, mas que corresponde ao campo das práticas. Bispo (2015) apresenta as aldeias, os quilombos e as favelas como potências contra-coloniais, pois estes lugares possuem organizações próprias em seus modos de vida e cosmovisões de mundo, como meios alternativos e em contra-ataque à colonialidade.

Além disso, outras formas de visualizar e interagir com seres não humanos e os bens naturais, como rios, árvores e animais, contrapõe a ideia antropocêntrica de superioridade e domínio extrativista sobre a natureza; a contra-colonialidade não parte do domínio das hierarquias absolutas e monocentradas, mas das partilhas a partir das confluências, que

³ “Eu planto as palavras na roça de papel através das letras feito sementes.” Assim é a forma poética e filosófica como Mestre Bispo se apresenta em uma roda de diálogos sobre perspectiva contra-colonial.” A discussão foi realizada pelo grupo de estudos Confluências Afroindígenas. Ver em: [Perspectiva Contracolonial - Mestre Antonio Bispo dos Santos - YouTube-de 2'59 a 3'16](#). Acesso em: 18 out. 2022

conforme o pensamento de Bispo (2015), ocorrem a partir do momento em que seres diferentes podem coexistir no mesmo espaço sem ferir ou anular a existência do outro.

Portanto, contar histórias que constituem narrativas de pessoas quilombolas a partir de seus modos de vida, das vivências coletivas e do cotidiano da comunidade, marcam sentidos que estão para além da teoria e tornam-se observáveis através das práticas, tendo as comunidades quilombolas modos de organização e tradições próprias, que permanecem através da memória e da história que é repassada geracionalmente.

1.2. OBJETIVO GERAL

Registrar as histórias de Helvécia a partir das histórias de vida, através de uma narrativa jornalístico-literária, que versará sobre a vida dos(as) entrevistados(as) e a importância que cada um, com suas singularidades e trajetórias diversas, possuem no que diz respeito à continuidade e constituição da comunidade.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar historicamente a formação da comunidade;
- Relacionar práticas como memória, oralidade e contra-colonialidade;
- Apresentar a trajetória de personalidades importantes para o desenvolvimento da comunidade de Helvécia.

2. PLANO DE TRABALHO E PAUTA ESTENDIDA

O projeto foi desenvolvido por meio de entrevistas que, em razão da pandemia de Covid-19, no processo de pré-apuração, realizaram-se de maneira remota, em respeito às normas de segurança sanitária.

Conforme Barros e Duarte ensinam,

a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. (BARROS; DUARTE, 2006, p. 62).

A partir do contato inicial com as fontes, pessoas que conviveram ou convivem com estas também serão entrevistadas, pois na construção de um perfil é indispensável ter plurais pontos de vista acerca dos perfilados(as) e do meio onde vivem. Segundo Martinez (2015),

diferentemente da entrevista jornalística, em geral mais breve, a coleta de uma história de vida pressupõe necessariamente um entrosamento maior com o entrevistado, visto que a entrevista pode ser única, seriada ou múltipla; estimulada ou não com fotos, vídeos e outros documentos em geral; diretivas (com auxílio de uma pauta previamente elaborada com perguntas ou questionários) ou abertas; longas ou breves. Cada caso revelará a abordagem ideal. Qualquer caminho escolhido, o importante é que se crie um caminho para a tentativa de compreensão profunda do outro. (MARTINEZ, 2015, p. 85)

Para conseguir ter acesso às entrevistas e conversas com todas as fontes, foi necessário ir a campo, o que implica em deslocamento. Contudo, mantivemos todos os cuidados de proteção sanitária, como uso de máscaras, álcool em gel, e observamos para que as entrevistas fossem feitas em locais abertos. Tal atitude foi tomada pensando que a comunidade possui aspectos rurais e urbanos e alguns locais não possuem sinal facilitado de Internet.

A inserção de fotografias também é algo intencionado para o livro pois é importante que a imagem dessas pessoas seja evidenciada. A partir das idas à campo, estas imagens foram produzidas através do equipamento de meu próprio acervo. As personagens contatadas para o livro são de faixas etárias distintas, sendo elas: Dona Cocota, 104 anos; Jane Krull, 46; Juliana Krull, 29; Seu Zé Maia, 54 e Polyana Ricardo, 25.

2.1. FONTES PRIMÁRIAS

2.1.1. Dona Cocota

O primeiro contato com Maria da Conceição, conhecida e chamada por todos de Dona Cocota, aconteceu também em janeiro de 2022, entre várias medidas de precaução devido à pandemia e o cuidado por conta de sua idade avançada. Conheci-a junto de meu avô e de meu pai, que me levaram até sua casa e de certa forma facilitaram nosso primeiro contato, já que ela conhecia meu avô e demais familiares. Além de ser uma referência matriarcal da comunidade, por ser a pessoa mais velha e também presente no processo de reconhecimento da comunidade, Dona Cocota contribuiu em vários sentidos para a continuidade da vida, realizando, segundo ela, o total de 318 partos e posteriormente cuidando de muitas crianças por meio de rezas e benzeduras. Aos 104 anos ela é respeitada e conhecida por sua sabedoria e solidariedade.

Estive com Dona Cocota três vezes. No primeiro contato, acompanhada de meu pai Alberto Neves Domingos, meu avô Adalberto Correia Domingos e de Polyana Constantino, que também é uma das perfiladas neste trabalho. O segundo encontro ocorreu na companhia de primos maternos, com quem até então eu não tinha proximidade: Adriano e sua esposa

Pâmela. Neste encontro, Dona Cocota já me reconhecia pela voz (devido à baixa visão) e parecia mais à vontade em conversar. Como é constantemente procurada por acadêmicos e estudantes para ceder entrevistas, contou-me que “ficava cansada de tanta perguntação” das várias pessoas desconhecidas que iam até sua casa. “Você é a neta de Adalberto, né?”, foi o que ela me perguntou na segunda vez que a encontrei. O fato de eu ser vista como alguém não tão distante, fez com que ela sentisse mais à vontade para falar sobre sua história. Em sua trajetória, Dona Cocota ensina que lutar também é viver, o que poderá ser visto com mais profundidade nas páginas deste livro.

2.1.2. Seu Zé Maia

Por meio de meu avô conheci seu Zé Maia, que participa ativamente da tradicional festa de São Sebastião desde a infância e também possui um terreiro de umbanda na cidade, (vide imagem presente em anexo) continuando o legado religioso que veio de seus familiares. Visitei junto ao meu pai e meu avô, a casa do zelador de santo, que costuma receber várias pessoas em busca de benzeduras, trabalhos e tratamentos para perturbações de ordem espiritual.

Sua trajetória, desde o início do desenvolvimento de sua mediunidade e até a vida dedicada a tratar de demandas espirituais, assim como sua participação na continuidade da tradicional festa de São Sebastião, é importantes para pensar a contra-colonialidade como um mecanismo presente nas religiões de matrizes africanas e na defesa desses espaços sagrados e das outras visões de mundo.

Além disso, a visita a sua casa e a escuta de sua história trouxeram reflexões, também, acerca das tensões existentes tendo Helvécia uma crescente quantidade de igrejas evangélicas de corrente neopentecostal, que “repreende” e vai contra as religiões de matrizes africanas, embora ao mesmo tempo parte da população incorpora os saberes afropindorâmicos⁴ tanto dentro da religiosidade cristã por meio do sincretismo, quanto pelos seus modos de experienciar a vida através da sabedoria sobre a terra, a linguagem, o conhecimento sobre as benesses de ervas de ação curativa e fitoterápica, os valores adotados de família estendida, entre outros.

⁴ Maneira como o pensador quilombola, Antônio Nego Bispo se refere às nomeações de pessoas afrodescendentes e indígenas, adotando “Pindorama”, nome como era chamado o território na língua tupi-guarani antes da invasão colonial no território que hoje chamamos de Brasil.

O livro será disponibilizado na versão e-book e posteriormente, terá uma versão impressa, pois a intenção é que o trabalho retorne para a comunidade e seja disponibilizado de uma maneira acessível – tanto na linguagem quanto no modo de distribuição –, podendo ser utilizado posteriormente para fins educacionais e pedagógicos, bem como para fazer parte do repertório de arquivos e registros da história de Helvécia. Refletindo-se acerca do fato de que pessoas negras tiveram o direito à própria história negado (o apagamento de documentos e o desconhecimento dos lugares de origem dos mais velhos), é importante que os perfis sejam acessados e que não se reservem somente ao espaço acadêmico, tendo em vista que o acesso à informação também é um direito fundamental da humanidade.

2.1.3. Jane Krull e Juliana Krull

A primeira aproximação feita com Jane foi via telefone, quando ocorreu a primeira entrevista. Por causa das condições ocasionadas pela pandemia de Covid-19, o primeiro encontro presencial ocorreu dia 14 de janeiro de 2022, seguindo as normas de segurança sanitária com distanciamento e uso de máscara. A escolha de Jane como perfilada deu-se principalmente pela notoriedade de seu engajamento com as questões da comunidade, nas funções de presidente da Associação Quilombola de Helvécia e no movimento de participação no processo de reconhecimento da comunidade. Sua história também chama atenção pelos anseios e desafios, contados por ela, de permanecer no ambiente acadêmico, lugar para onde esse trabalho se destina.

Jane é professora, pedagoga de formação e também cursa Psicologia na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Ela, hoje presidente da Associação Quilombola de Helvécia, que começou juntamente com um grupo majoritariamente composto por mulheres, fez participação ativa na luta pelo reconhecimento de Helvécia e outras comunidades do município de Nova Viçosa e Caravelas (Volta Miúda, Rio do Sul, Cândido Mariano e Naiá) como territórios quilombolas. Interessa-nos saber sobre sua história, para além do ativismo, seus sonhos particulares e quem é Jane, para além da mulher sempre em movimento, mas na tranquilidade de sua casa e fora dos círculos de discussão política. A história de sua filha Juliana Krull, de 29 anos, mostra uma continuidade pelos caminhos abertos pela mãe nas lutas dentro da universidade e também na persistência pela realização de seus sonhos. As entrevistas ocorreram na varanda de sua casa, em um passeio pelo antigo ponto da estação 1897 e pelas mensagens e ligações que trocamos.

2.1.4. Polyana Ricardo

O primeiro contato com Polyana foi através da internet, buscando formas de contatar Dona Cocota. Após saber de sua ligação com ela, sendo Polyana sua afilhada, nos aproximamos no desenvolvimento de outros trabalhos acadêmicos. Polyana é uma jovem de 25 anos, mãe de dois filhos e estudante de Bacharelado em Humanidades na Universidade Federal do Sul da Bahia. Ela faz parte dos estudantes quilombolas que ingressaram na universidade pública e que conciliam a maternidade junto aos estudos.

Polyana também possui um engajamento nas questões étnico-raciais ao se unir com outros jovens e participar de grupos da comunidade, como o grupo de dança de bate-barriga, dança típica celebrada majoritariamente por mulheres da comunidade, entendendo-se que os saberes ancestrais não podem ser esquecidos. Sua história mobiliza questões atuais reivindicadas pela juventude e quilombola e evidencia a presença do fio das tradições, que permanece viva e atrelada a novos anseios.

3. A CONSTRUÇÃO DE PERFIS SOB UMA PERSPECTIVA CONTRA-COLONIAL

3.1. O PERFIL E A NARRATIVA JORNALÍSTICA

Para pensar a estrutura deste trabalho, será utilizado o conceito de livro-perfil, cunhado por Edvaldo Pereira Lima. De acordo com Lima (2009), o conceito refere-se “à obra que procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse”. (LIMA, 2009, p.51). Nesse sentido, o interesse presente no desenvolvimento do livro-perfil é evidenciar por meio de uma narrativa jornalística, a história de vida de pessoas quilombolas de diferentes faixas etárias que foram e são importantes para o prosseguimento da comunidade. Estas narrativas serão abordadas com o intuito de resgatar a memória coletiva da comunidade, tendo em vista que a influência desses indivíduos no território onde habitam é primordial para a base civilizatória, a construção e a manutenção desses saberes tradicionais. Neste caso, especificamente da comunidade em questão.

De acordo com Muniz Sodré e Marina Ferrari (2010), o perfil é o texto que enfoca o protagonista de uma história (de vida) e o mini perfil, quando uma personagem secundária tem a sua vida narrada a partir de um corte na história principal. Desse modo, principalmente no livro que foi construído, as fontes tiveram suas histórias contadas enquanto protagonistas. Conforme Boas (2003), “os perfis cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas situações e circunstâncias experimentadas pelo personagem.” (BOAS, 2003, p.14). De fato, há a aproximação tanto do jornalista quanto do público acerca das personagens. Não só tratando-se de nuances factuais e pontuais, mas acerca das subjetividades que constituem cada pessoa. A partir do momento que as histórias de vida ganham o centro da narrativa, assumem também um lugar de validação quanto às experiências das personagens, a partir de seus corpos, seus lugares, sua comunidade.

Como propõe Carlos Alberto Carvalho (2010):

em suas análises sobre modalidades distintas de narrativas, apontam para algo comum: aquilo que se narra é ontologicamente marcado, podemos, portanto, sempre encontrar marcas do social, do cultural, do econômico, enfim, do ambiente mais amplo em que se inscreve cada narrativa posta em circulação. Há nos autores uma outra coincidência: toda narrativa é reapropriada no ato de leitura, o que torna dinâmica a perspectiva ontológica, pois aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa receberá novas configurações a partir da perspectiva de quem lê, propiciando, assim, a criação/recriação da realidade, processo que nunca finda. (CARVALHO, 2010, p. 3).

Partindo desse ponto, as narrativas reconfiguram novos caminhos para a interpretação da realidade ou das realidades propostas, bem como ganham novos sentidos a partir das múltiplas recepções posteriores. A história oral situa-se aqui como uma metodologia qualitativa, utilizada neste trabalho para o registro dessas histórias de vida. Conforme ensina Delgado (2006),

a história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida... (DELGADO, 2006. p.18)

Neste caso, a memória torna-se um recurso importante no acesso às informações, tanto provenientes da vida privada, quanto a respeito da história coletiva que concerne cada pessoa constituinte de determinado contexto histórico e local. A própria localização no território, segundo Sodré (2019), "coloca de fato a questão da identidade, por referir-se à demarcação de

um espaço na diferença com outros” (SODRÉ, 2019, p.24). Alinhados a essa metodologia estão fortemente entrelaçados, o tempo, a memória e a história, que também oferecem perspectivas subjetivas advindas de cada fonte entrevistada. Seja por meio de uma lembrança da infância ou uma memória que revisita um lugar físico afetivo, cada elemento está ligado diretamente a visões singulares e ao mesmo tempo coletivas, ligadas a cada pessoa que nasceu e cresceu na mesma comunidade, embora em tempos diferentes. De acordo com Delgado (2006), um dos recursos significativos que a metodologia oral possibilita é “recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, entre outras, sob diferentes óticas e versões.” (DELGADO, 2006, p. 19). Memórias estas que muitas vezes não estão presentes em registros oficiais acerca da história do local, apesar de continuarem presentes nos territórios da oralidade por todos e todas que ali habitam.

Já que essas narrativas existem e estão prefiguradas na memória coletiva das pessoas pertencentes a comunidade quilombola de Helvécia, centralizá-las é uma tentativa de elaboração contra-hegemônica de narrativa, visto que existem campos ontológicos de disputas, alguns baseados em discursos hegemônicos eurocêntricos que inclusive desconsideram as experiências de povos quilombolas como fontes produtoras de saber e conhecimento. Além disso, a possibilidade de pessoas negras terem suas histórias contadas a partir de sua própria ótica, de seu tempo e de seu corpo, infelizmente foi algo impedido pelo projeto colonial. O silenciamento e a invisibilização são traumas propiciados pela colonização em relação ao povo negro. Segundo a intelectual Lélia Gonzalez (1984),

ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. (GONZÁLEZ, 1984, p.255)

A tentativa ao produzir este trabalho é de que as vozes presentes assumam a fala. O ato de falar em primeira pessoa, como citado por Gonzalez (1984), vai contra a lógica de dominação colonial. É a partir daí que corpos antes vistos como objetos e, portanto, objetificados, assumem um lugar de sujeitos. Em um de seus artigos mais conhecidos e imprescindíveis para a discussão da questão racial e de gênero no Brasil, “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, Gonzalez (1984) traz uma análise sintomática do racismo no país e

como ele delega negros e negras à lata de lixo na sociedade brasileira. Ao esquecimento, a invalidez, às piores condições de trabalho e de vida, a desvalorização da capacidade intelectual, as atribuições de infantilidade e incapacidade de falarem por si próprios. Ao mesmo tempo que esses lugares estão socialmente demarcados, há uma negação por parte da sociedade em assumir o racismo que tenta se camuflar, quando na verdade se escancara. E como interroga Lélia (1984), “por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem ‘o preconceito de não ter preconceito’ e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados?” (GONZALEZ, 1984, p.238)

Dessa forma, assumir a fala em primeira pessoa permite que novas concepções e novas rotas sejam criadas, entendendo-se os lugares construídos politicamente por pessoas negras, como favelas, quilombos e aglomerados como lugares de resistência, de riqueza cultural e epistemológica que contrapõem as arguições de uma história única⁵ e rompem com os lugares reservados pela estrutura racista ao povo negro.

Ao contemplar memórias e pessoas plurais, o objetivo é potencializar por meio da escuta e da escrita, a história de vida de seres individuais ligados ao mesmo tempo a uma memória coletiva que os constitui. As nuances do pertencimento formam-se de várias temporalidades que confluem do tempo espiralar e permitem que os acontecimentos vivenciados por pessoas que ali habitaram ou habitam, sejam continuamente repassados como uma representação do que ocorreu, permanecendo vivos a cada lembrança. As memórias se atualizam no fio das tradições encruzilhando novos encontros entre os acontecimentos que se foram e os que partem do agora, possibilitando infinitos reencontros entre o hoje, o ontem e o amanhã.

3.2. ENTREVISTA, SUBJETIVIDADE E ESCREVIVÊNCIA

A entrevista neste trabalho é utilizada de modo fundamental como uma ferramenta metodológica para o acesso às histórias de vida. Barros e Duarte (2006) indicam a entrevista de profundidade como este dispositivo metodológico que possibilita, baseada em suposições e teorias coletadas por quem investiga, “recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer.” (BARROS E DUARTE, 2006, p. 63). Evidentemente, a subjetividade do investigador também se encontra

⁵ Termo utilizado pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em sua obra de mesmo título, para se referir à narrativa hegemônica dos “vencedores” que usualmente é utilizada para sobrepor-se à narrativa de povos afetados pelos processos de colonização.

presente no movimento de elaboração da pauta e seleção das fontes, pois nessa relação há uma troca mútua de interesses.

Dentre as classificações de tipos de entrevistas como método há a entrevista aberta, descrita por Barros e Duarte (2006) como flexível e sem pré determinação de parâmetros de respostas. Desse modo, por meio do aprofundamento nas questões e na vivência das personagens, há a possibilidade de lidar com informações e novas perguntas que surgem, embora antes não constassem no roteiro, mas revelam-se a partir da narrativa das fontes entrevistadas. Como afirma Medina (2011), a entrevista pode servir como um elemento de pluralização de vozes e distribuição democrática da informação, como também auxilia na imersão das subjetividades do outro. Por isso, o objetivo das entrevistas foi além de buscar informações, mergulhar na trajetória das pessoas, compreendendo modos importantes para estabelecer uma conexão – respeitando o tempo e espaço de cada uma, com atenção também aos silêncios como importantes informações e respostas às perguntas feitas. Conforme ensina Medina (2011):

ao contrário da espetacularização, a entrevista com finalidade de traçar um perfil humano não provoca gratuitamente, apenas para acentuar o grotesco, para “condenar” a pessoa (que estaria pré-condenada) ou para glamourizá-la sensacionalisticamente. Esta é uma entrevista aberta que mergulha no outro para compreender seus conceitos, valores, comportamentos, histórico de vida. (MEDINA, 2011, p. 17)

Além de todas as ideias citadas anteriormente serem importantes para a elaboração de uma entrevista de profundidade, há a preocupação de que se efetive um diálogo possível (MEDINA, 2011). Esse diálogo ocorre, conforme a autora, a partir do momento em que a interligação entre o repórter e o entrevistado acontece, indo além dos scripts pré-datados pela pauta, ou seja, quando há a compreensão mútua. É quando a comunicação ocorre de maneira genuína. Em consonância com esta discussão, a jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes, defende o conceito de jornalismo de subjetividade, sendo este um “termo nascido não para fazer uma oposição ao objetivo, mas sim uma como forma de demarcar a importância do subjetivo, historicamente rechaçado no campo noticioso.” (MORAES, 2019. p. 207).

Após questionamentos e reflexões sobre os valores-notícia, que também são pautados por hierarquias imbricadas pelo racismo, sexismo e outras opressões sócio históricas, a autora destaca a importância da subjetividade no modo de fazer jornalismo, questionamentos também presentes em seu livro-reportagem “O nascimento de Joicy” (2015), como uma maneira de trazer representações mais plurais e integrais sobre pessoas e grupos. Tratando-se

deste trabalho sobre a vida de pessoas negras e quilombolas, utilizo a subjetividade como um instrumento de autonomia e integridade.

Nos processos de colonização, a subjetividade de povos não brancos foi invisibilizada e calada, a possibilidade de assumir um lugar enquanto sujeito autônomo com desejos e vontades foi retida. Kilomba (2008) fala sobre como este silenciamento se dá para pessoas que sofreram os efeitos da colonização: “a própria ausência (no centro) da voz da/o colonizada/o pode ser lida como emblemática da dificuldade de recuperar tal voz, e como a confirmação de que não há espaço onde colonizadas/os podem falar.” (KILOMBA, 2020, p.49). Desse modo, não significa que essas vozes não insurgem e não se movimentam, pois uma das estratégias contra-coloniais foi a oralidade, que é um dos recursos de resguardo dos saberes e da própria história dos povos afro-diaspóricos. De acordo com J. Vansina (2010),

uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. (VANSINA, 2010, p. 139)

Os valores da tradição oral ajudam a organizar modos de vida, resguardam saberes sobre fenômenos da natureza, preservam ritos sagrados e mantêm viva a memória dos ancestrais. Esses conhecimentos que não estão sedimentados em caixas, assim como o Ocidente costumam categorizar, integralizam-se a vida de modo pleno e ultrapassam construções cronológicas do tempo. O autor Hampaté Bâ (2010), contribui ao dizer que dentro da tradição oral o espiritual e o material não estão separados, ela é ao mesmo tempo a arte, o entretenimento, a religião e o conhecimento. E são estas particularidades que integram a tradição oral, muitas vezes são reduzidas ao "banal" por visões hegemônicas.

No âmbito jornalístico, o que classifica a notícia como algo relevante e considerável é seu valor de noticiabilidade, geralmente fatos que fogem do cotidiano, do que consideramos como a normalidade. Moraes (2019) chama atenção para o cuidado necessário que jornalistas e comunicadores(as) precisam ter para que as narrativas não caiam no olhar viciado da exotificação, que busca enquadrar as pessoas pelo que apresentam como “diferente” e essa diferença, geralmente, parte de um modelo de normalidade que advém da branquitude. O olhar de categorização é estoicamente colonial e classifica os(as) sujeitos(as) na lógica correspondente ao que Kilomba (2020) elucida como “a/o Outra/o”: “o diferente, em relação ao qual o 'eu' da pessoa branca é medido.” (KILOMBA, 2020, p.37). A proposta deste trabalho difere-se do modo hegemônico e excludente de fazer jornalismo, porque mobiliza

outros olhares, a partir do momento em que o objetivo não é trazer as fontes com narrativas de espetacularização ou exotificação, mas observar a partir de suas subjetividades, a exemplo de como suas histórias também ajudam a contar a história da comunidade, que durante certo tempo foi apagada, principalmente pela negação da identidade quilombola, na defesa de interesses que atendiam a determinadas elites e na ocultação da história negra para além da escravidão. Pessoas quilombolas, seguem como agentes em sua autonomia, operando na construção de novas narrativas para o futuro. Este trabalho engaja, portanto, a premissa de que um jornalismo plural é possível.

Além disso, esse modo de olhar para pessoas, principalmente as que não correspondem ao padrão universal de humanidade, colabora para a disseminação de estereótipos, a exemplo de maniqueísmos, representações que ancoram-se numa visão de primitivo ou arcaico (principalmente referindo-se de povos de comunidades tradicionais) entre vários outros enquadramentos que tendem a ser redutores em relação a integridade e valorização dessas pessoas.

Há a discussão de que um bom jornalismo deve ser feito de maneira objetiva, com maior distanciamento possível das fontes abordadas, uma prática esvaziada de sentidos e “neutra”. Entretanto, essa neutralidade e imparcialidade são inexistentes. O (A) jornalista é atravessado(a) pelo que o(a) mobiliza, inclusive no momento em que seleciona a pauta, as fontes e a abordagem a ser direcionada. Moraes (2019) assegura que, “quem está filtrando aquela vida para leitoras e leitores não está apagado, ao contrário: está lá.” (MORAES, 2019, p. 216). A relação entre jornalista e entrevistado deve sim, ocorrer de modo profissional e atento ao rigor técnico. No entanto, é possível estabelecer o diálogo possível, citado por Medina (2011) sem a presença de assimetrias que consideram a fonte apenas como objeto, que enquadram as realidades em caixas limitadas já estabelecidas por uma sociedade estruturada por relações de poder baseadas em opressão e exploração.

A divisão binária feita pela dialética ocidental entre corpo *versus* mente, classifica a emoção como algo exclusivamente irracional, contrária à razão e à sabedoria. Algo do qual devemos nos despir por completo para não contaminar e nem comprometer a excelência de resultados científicos. Contudo, escrever sendo guiada pela subjetividade, que não pode ser reduzida somente a emoção, não impede que a função de um olhar pertinentemente crítico e analítico seja feito sobre as realidades. Segundo Moraes (2019):

assim, orientar pautas, abordagens, escritas e enquadramentos com esses pressupostos não significa estar com os sentidos embotados pela emoção: ao contrário, significa estar também guiado por critérios dados no mundo sensível. Ou

devemos ignorar o meio no qual vivemos e do qual extraímos nossas temáticas? A subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo. (MORAES, 2019, p.209)

Produzir uma escrita subjetiva, flui de um lugar que se refere às minhas condições como uma mulher negra, minhas afetações, meus questionamentos e visões sobre o mundo que me cerca. Assim como Moraes (2019), “escrevo sobre a subjetividade dos outros orientada também a partir da minha” (MORAES, 2019, p.209), o que me leva a pensar a partir de uma perspectiva negra, retornando para meus lugares de origem, tendo consciência de meu corpo-trajetória a partir das trocas e reencontros que pude ter ao longo do preparo deste trabalho. Todo este processo alavancou possibilidades de produzir novas narrativas, a partir de minha própria história, como pesquisadora, profissional da comunicação e de descendência quilombola.

O fato de não ser lida como um corpo estrangeiro, mas alguém familiar que de certo modo possui ligações com as pessoas, conferiu a mim além de um olhar observador, um olhar participante. Contar estas histórias me leva ao movimento de confluir com os caminhos que foram até aqui trilhados através de uma escrita que não é individual e tampouco apenas sobre mim, tal escrita é composta por múltiplas vozes, apesar das singularidades.

Essa escrita subjetiva e ao mesmo tempo de caráter coletivo, coaduna com o termo denominado pela escritora Conceição Evaristo de “escrevivência”, que transcreve suas vivências como mulher negra brasileira e também envolve o ato de tomar a direção de suas histórias ao falar em primeira pessoa. O termo foi utilizado pela primeira vez por Evaristo em 1995, no seminário VI Seminário Mulher e Literatura. Conforme afirma Fonseca (2020), “o termo foi assumido como uma estratégia que rasura a ordem legitimada pela figura da ‘Mãe preta’ (EVARISTO, 2020, p.30) que conta ‘histórias para adormecer a prole da casa-grande’”. (EVARISTO, 2020, p.30). A ideia da escrevivência subverte os papéis de subalternização e humilhação determinados pelos escravizadores. Propondo-se, assim, uma escrita insubmissa, auto gerenciadora que considera os acontecimentos do cotidiano e a humanidade de pessoas negras. Como assevera Evaristo: “nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos”. (EVARISTO, 2020, p.54). Escrevivência possibilita não só o ensejo de falar sobre o “eu”, mas também sobre o “nós” que se pauta em existências e experiências plurais. Como bem afirma a autora,

escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre. Em que o agente, o sujeito da ação, assume o seu fazer, o seu pensamento, a sua

reflexão, não somente como um exercício isolado, mas atravessado por grupos, por uma coletividade. (EVARISTO, 2020, p.38)

Essa escrita composta por várias vozes é o que nos permite visualizar também um jornalismo plural e que subverta lógicas de dominação onde as pessoas subjugadas por discursos hegemônicos possam ocupar outros lugares, em outras narrativas, a partir do próprio olhar e vivência. Esse movimento de autodefinição como um posicionamento político, também é defendido por outras intelectuais afro-diaspóricas que dialogam com uma proposta feminista negra. Entre elas, a pensadora norte-americana Patrícia Hill Collins que defende os conceitos de autodefinição, autoavaliação e autodeterminação como pilares de práticas emancipatórias para mulheres negras em uma sociedade sexista e racista (HILL COLLINS, 2016, p. 102). Como defende Collins (2016):

quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos. (HILL COLLINS, 2016, pg. 104)

Embora o termo *escrevivência* parta em seu cerne de uma iniciativa feminina negra brasileira, ele se expande a outras vivências e corpos dissidentes das normas inscritas pelo modo europeizante colocado no centro, nas formas de experienciar a vida. A *escrevivência* engloba vidas e práticas que sobrevivem à margem do que é conhecido por cânone do saber. Ainda que a memória e a oralidade tenham sido métodos utilizados para salvaguardar a história e tradições de povos não-brancos, a luta e a busca por uma escrita e uma intelectualidade onde pessoas negras sejam sujeitos de ação não é recente, e continua em andamento.

Embora nossas existências sejam firmadas em mundo afetado pelo trauma colonial, é possível localizar espaços de resistência que foram construídos justamente para que pessoas negras tivessem liberdade e autonomia. Estratégias contra-coloniais que se encontram em espaços geográficos como os quilombos, as favelas, as periferias, as irmandades negras, os sambas de roda e outros territórios simbólicos que prosseguem vivos, e nas práticas que pulsam nesses lugares, refletindo outros modos de organização que contrariam o sistema imposto como norma.

3.3 QUILOMBOS, TEMPORALIDADES E CONTRA- COLONIALIDADE

Derivada dos povos de língua bantu, *kilombo* era uma instituição inicialmente africana iniciada em terras que hoje correspondem ao território angolano. Conforme Nascimento (1985),

kilombo aqui recebe o significado de instituição em si. Seria Kilombo os próprios indivíduos ao se incorporarem à sociedade Imbangala. O outro significado estava representado pelo território ou campo de guerra que se denominava jaga. Ainda outro significado para Kilombo dizia respeito ao local, casa sagrada, onde processava-se o ritual de iniciação. O acampamento de escravos fugitivos, assim como quando alguns Imbangalas estavam em comércio negreiro com os portugueses, também era Kilombo. (NASCIMENTO, 1985, p. 119).

No cenário afro-diaspórico, quilombo é um território político de resistência onde novas organizações sociais foram adotadas, visando a contraposição ao regime escravocrata. Munanga (1996) diz que, “o quilombo brasileiro, é sem dúvida uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos.” (MUNANGA, 1996, p.63).

Beatriz Nascimento, estudiosa da historiografia dos quilombos no Brasil, exprime em sua obra as contradições e descrições preconceituosas feitas nos estudos sobre quilombos no país, desvencilhando-se das análises que definiam as organizações negras como primitivas, assim como do tom mítico e deslegitimizado atrelado às organizações sociais definidas como quilombos.

Conforme Nascimento (1985), “a importância dos quilombos para a população negra atualmente, pode ser entendida como parte de um universo simbólico no qual seu caráter libertário configura-se como um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural.” (NASCIMENTO, 2021, p. 93). Ainda em sua pesquisa acerca de quilombos e suas organizações, ela observa em sua análise historiográfica, as estratégias desenvolvidas por negros e negras no regime escravocrata, sendo a fuga como uma delas. A autora compromete-se em não caracterizar a fuga como a desistência do enfrentamento direto com os colonizadores ou a incapacidade para tal, mas uma tentativa de outro modo vida, a organização de um sistema social alternativo que não fosse a do colonizador. De acordo com Nascimento (1985),

este pequeno estudo se propõe, de forma simplificada, a demonstrar que a fuga, longe de ser espontaneísmo ou movida por incapacidade para lutar, é, antes de mais nada, a decorrência de todo um processo de reorganização e contestação da ordem estabelecida. É o coroamento de uma série de situações e etapas nas quais estão em jogo diversos fatores: físicos, materiais, psicossociais, ideológicos e históricos. (NASCIMENTO, 1985, p.109).

Desse modo, os quilombos também são, sobretudo, territórios construídos com base no enfrentamento. No Brasil, as comunidades quilombolas foram reconhecidas pelo Estado por meio da Constituição Cidadã em 1988, exatamente um século depois da assinatura da Lei Áurea. Somente com a promulgação do Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003⁶, iniciou-se o processo de regulamentação das terras, titulação e demarcação, sendo estas então ocupadas por remanescentes quilombolas.

Além da compreensão geográfica, há também a necessidade de enfatizar o entendimento de que diferente da visão colonial, quilombos não equivalem a definição reduzida de terras ocupadas por escravizados que fugiam, pois há uma diversidade inegável nos modos de organização negra e constituição dos territórios. O antropólogo e pesquisador Alex Ratts (2012) defende que,

Há diversos tipos de comunidade negra – rurais e urbanas – que se identificam e são reconhecidas como quilombolas. Há comunidades em que seus antepassados, ex-escravizados, receberam a terra de um fazendeiro, mas cujo documento não existe ou “se perdeu no tempo”. Há terras compradas por ex-escravos em cuja área outras pessoas residem, irregularmente. Existem muitas comunidades que perderam terra em processos desiguais de venda ou de grilagem. (RATTS, 2012, p.146)

No contexto específico da comunidade quilombola de Helvécia, as terras que eram exploradas na monocultura de café, continuaram sendo habitadas pela maioria negra, descendentes da população que foi escravizada no século XIX. Ainda que os quilombos possuam diferentes contextualizações históricas a partir de suas formações, continuam sendo espaços que propõem outros modos de organização, economia e convivências sociais. Segundo Nascimento (1985), para além de resistência simbólica e cultural, os quilombos assumem uma continuidade histórica,

a continuidade seria a vida do homem – e dos homens – continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros. (NASCIMENTO, 1985, pg.110)

⁶ “O decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”(BRASIL, Decreto nº 4.887 p.1, 2003.)

É a partir dessas trocas e experiências que a corporeidade das pessoas, de seus símbolos e modos de vida, que se constituem um modo divergente da tradição ocidental europeia imposta pelos colonizadores. Pesquisadores e pesquisadoras, no campo das Ciências Sociais, trazem o conceito de pós-colonialidade nas discussões e reconfigurações sobre o modo de analisar as realidades, visto a insuficiência que as teorias fundamentadas na Europa possuem para ler uma sociedade atravessada pelo imperialismo e colonialidade. O sociólogo jamaicano Stuart Hall, discute em sua obra o conceito de pós-colonialidade, incluindo questionamentos sobre seus marcos teóricos e temporais, bem como sobre suas contradições, que se inserem na experiência da defesa e uso do conceito, pois utilizar um termo como unanimidade para se referir a fenômenos variados e de diversos, é, de certa forma colonial. Em sua obra, Hall aponta a existência dos conflitos de poder e disputas por hegemonia dentro das perspectivas pós-coloniais. O autor infere que:

De fato, uma das principais contribuições do termo “pós-colonial” tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas- da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita nas culturas dos colonizados. Os efeitos negativos desse processo forneceram os fundamentos da mobilização política anticolonial e resultaram no esforço de retornar a um conjunto alternativo de origens culturais não contaminadas pela experiência colonial (HALL, 2018, p. 118)

O avanço de mobilizações políticas e reivindicação à cultura e às existências dissidentes do ideal absoluto de humanidade considerado pela Europa, Norte Global⁷, impulsionaram o investimento em categorias de análise e investigação da realidade a partir da América Latina e do Caribe. Contudo, essa recriação ou reconfiguração de olhar ainda foi baseada nos costumes e modos do fazer científico da América do Norte e da Europa, deixando lacunas e conseqüentemente, apagamentos a práticas que já resistiam sem necessariamente estarem presentes nos ambientes acadêmicos. Conforme pontuam Oliveira e Barbosa (2020):

A nascente sociologia latino-americana ignorou o que éramos antes dos processos de colonização, sobretudo em relação a quais ontologias e epistemologias conformavam o ordenamento social, cultural e político das diferentes sociedades que habitavam o Abya Yala, nosso território anterior à conquista. (OLIVEIRA E BARBOSA , 2020, p. 342)

Conforme citam as autoras, nomes como Casanova, Stavenhagen, Bambilra, Fals Borda, Dussel, que são alguns exemplos de responsáveis por uma retomada de narrativa e

⁷ Conceito discutido pelo autor Boaventura de Sousa Santos e que dialoga ao que ele denomina de “ pensamento abissal”. Para Santos, a ciência moderna divide o saber em uma linha imaginária como Norte e Sul, nos quais o Sul se refere a todos os saberes e conhecimentos invisibilizados ou tidos como inexistentes, enquanto o Norte segue sendo a referência hegemônica de saber e validação. Disponível em: [As epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do Sul Global | Gomes | Páginas de Filosofia \(metodista.br\)](#). Acesso em: 18.out 2022.

empenho na produção intelectual de uma sociologia latino-americana (OLIVEIRA E BARBOSA, 2020, p. 342). Nesse mesmo contexto, o movimento decolonial que centraliza novas leituras analíticas e de categorias sociais das realidades a partir de lentes latino-americanas e de lugares longe do Norte Global, esteve em falta na inclusão de epistemologias negras e indígenas como marcos necessários neste novo modo crítico de fazer científico. Dessa forma, homens brancos continuam sendo a maioria detentora do destaque e credibilidade intelectual. Só é possível e justo ter-se uma análise coerente com a realidade sócio histórica latino-americana, quando essa análise também menciona e centraliza a história do povo afrodiáspórico e dos povos originários.

Em meados do século XX, intelectuais negros da diáspora e do Brasil, já discutiam sobre teorias pós-coloniais amparadas na experiência de povos não brancos e pertencentes a América do Sul, como Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, inclusive, Lélia Gonzalez (1988), que criticou de modo contundente o imperialismo dos Estados Unidos, a relação de superioridade ao apresentarem uma única versão legítima do que é ser americano e a ocultação da presença negra na construção do continente americano, em seu artigo “A categoria político cultural de amefricanidade” (1988). No texto, Gonzalez convoca, principalmente o povo negro, a utilizar a linguagem como forma de afirmação política, por meio da automeação, que rompia com pactos imperialistas, o que a autora categoricamente nomeou de amefricanidade:

Quanto a nós negros, como podemos atingir uma consciência de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se permanecermos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”? Por isso mesmo, em contraposição ao termos supracitados, eu proponho os de americanos (“Amefricanos”) para designar a todos nós. (GONZALEZ, 1988, p. 70)

A escolha por categorias próprias de nomeação e mobilização, é um trabalho de longa data e que também compreende outros povos e organizações que não necessariamente armazenam titulações acadêmicas e moram em grandes centros urbanos. Vivências intelectuais orgânicas também criam seus modos de nomear enfrentamentos e mecanismos de resistência. Portanto, o termo-ação contra-colonialidade foi escolhido com intenção de centralizar um pensamento que parte de uma identidade quilombola e que propõe práticas para além das teorias: os pés e ideias firmados nas dialógicas e chão dos terreiros, das rodas de samba e capoeira, das associações negras, das casas de farinha, das favelas e das aldeias. O mestre quilombola Antônio Bispo (2015), compreende o ato de contra-colonizar como um

modo que envolve reeditar nossas trajetórias a partir das nossas matrizes, tendo referências nas trajetórias dos povos quilombolas e indígenas, pensando a confluência, a circularidade, a bionteração e a cosmovisão politeísta.

Bispo critica as monoculturas de modo amplo, principalmente a partir da crítica que tece ao monoteísmo eurocristão empregue na catequização e escravização de povos indígenas e africanos nas Américas. A cosmovisão politeísta engloba a percepção do mundo longe de domínios absolutos ou de um só caminho, mas de caminhos possíveis de confluência, conceito que é citado pelo autor ao se referir às existências parecidas e plurais, que podem conviver em um mesmo ambiente sem que as presenças sejam suprimidas. Ele analisa e traz como exemplo o fluxo do rio, “pois um rio não deixa de ser o mesmo rio porque se encontrou com o outro”⁸, para observar em que os povos afropindorâmicos e indígenas podem colaborar uns com os outros e como podem respeitar a terra.

A circularidade, correspondente a um valor afro-civilizatório, compreende que todos possuem vez na roda, a exemplo do xirê⁹, no qual todo mundo dança. O movimento circular pode representar também a ausência de finitude e a necessidade da fluidez, da renovação e da continuidade. Bispo (2015) também defende as bases da “bionteração”, termo sugerido por ele para definir o processo de “extrair, utilizar e reeditar” (BISPO, 2015, p.90) em relação aos bens naturais. O que desafia também a ideia antropocêntrica do humano (na maioria das vezes homem, branco e cis-heterossexual), como o centro do mundo. Em um espaço de trocas como o ayé,¹⁰ tudo coexiste, conflui e coabita. O processo de interagir com a vida ao nosso redor, inclusive com seres não humanos, de maneira saudável e na lógica das trocas, corresponde a ação de biointeragir. Ao contrário da visão colonial capitalista, que busca explorar em excesso para gerar mais lucro e conseqüentemente, degradar e desequilibrar o meio ambiente. O autor destaca,

assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia. (BISPO, 2015, p.84)

⁸ Citação retirada do “Registro poeticamente filosófico sobre o entendimento de mundo do grande pensador quilombola Antônio Bispo da Comunidade quilombola Saco, de São João do Piauí. Mestre Bispo faz confluir aldeias, quilombos e favelas por meio de suas reflexões.” Ver em: [Confluências - Antonio Bispo - YouTube - de 2'19 a 2'25](#). Acesso em: 06 out. 2022

⁹ Roda formada em cerimônias do candomblé, na qual os filhos da casa dançam celebrando os orixás.

¹⁰ Mundo físico na cosmovisão Iorubá.

No contexto do Extremo Sul Baiano, mais precisamente em Helvécia, desde a década de 80, empresas como a Aracruz Celulose e atualmente Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S/A realizam a monocultura de eucalipto em terras que anteriormente pertenciam à habitantes da comunidade, mas foram vendidas para estas empresas. O processo de venda e chegada das firmas na comunidade trouxe opiniões controversas e conflitos entre os moradores. O fato das empresas se instalarem antes do reconhecimento oficial da comunidade quilombola, também deixou arestas no que diz respeito aos direitos dos próprios moradores do território. Algumas pessoas venderam suas terras na esperança de novas oportunidades de emprego, melhores condições econômicas e ascensão social. Ao mesmo tempo que outros moradores mantinham relações afetivas com as terras, pois nelas cultivavam plantações para subsistência própria e de seus familiares.

Além disso, lugares importantes para a memória local também foram afetados pela monocultura de eucalipto, a exemplo do cemitério São Pedro, patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), onde muitos familiares e antepassados dos habitantes, de comunidades próximas, eram sepultados. Ainda que a Lei Orgânica do município de Nova Viçosa, no Art. 98, confira proteção e preservação dos patrimônios e sítios de valor histórico, o cemitério atualmente é tomado por eucaliptos e outras plantas daninhas. Sendo visíveis apenas ruínas de túmulos antigos cobertos por limo. Observando-se toda esta conjuntura, é possível afirmar que a vida dos habitantes foi e continua sendo atravessada pelo impacto da eucaliptocultura na região, como afirma Gomes (2008),

o fato é que, homens e mulheres que moram em Helvécia se viram, independente de sua vontade, na condição de terem de viver com o eucalipto, sendo assim o seu cotidiano foi alterado em virtude desta exigência que se dá em razão da implementação de uma atividade voltada para atender aos princípios do agronegócio. (GOMES, 2008, p.3).

Em meio a contradições, aspirações diferentes e variadas relações dos moradores com a presença da eucaliptocultura no território, as convivências de biointeração prosseguem resistindo por meio das criações cultivadas por pequenos agricultores, do manejo das experiências nas casas de farinha, geralmente chefiadas por mulheres que trabalham do plantio da mandioca até os processos de moagem da massa e torragem. Pessoas de diferentes faixas etárias participam deste processo onde os ensinamentos são repassados. Ademais, a fabricação artesanal e venda de farinha de mandioca e seus derivados, como beijus, moquecas

de coco e quitandas, continua sendo essencial para a fonte de renda de famílias de pequenos produtores.

A contra-colonização pensada por Bispo (2015), busca romper com o pensamento hegemônico de que “o homem é o dono da terra”, logo possui aval para explorá-la e destruí-la, como ocorre em processos endossados pelo agronegócio, responsáveis por ocasionar o desequilíbrio de vários biomas e espécies. Bispo (2015), por sua vez, defende que nós somos parte da terra e não donos, o que compreende a preservação dos bens naturais como defesa geral da vida. E esse modo de biointeração é validado e vivenciado por povos tradicionais.

Dessa forma, a continuidade histórica defendida por Nascimento (1985) conflui ao que Bispo (2015) defende por contra-colonização. Esse meio no qual os processos de resistência, como símbolos e os modos de vida prosseguem sendo praticados e resguardados por pessoas de diferentes épocas e temporalidades (idosos, adultos e jovens), seguem mantendo a circularidade dos saberes e ao mesmo tempo transformam a realidade que vai além das memórias que foram guardadas de um tempo passado, mas que estão sendo construídas no tempo presente. O próprio ato de se afirmar ou não enquanto quilombola, assume uma nova escolha afirmativa e política, fruto do trabalho e letramento racial fomentado pelos movimentos negros e quilombolas. A identidade que antes era indesejada, afinal tudo que denunciava pertencer a um território e culturalidade negra era ruim e motivo de vergonha, hoje, para algumas pessoas, é motivo de orgulho. Tais mudanças implicam no entendimento, empoderamento e novas construções sobre o que é ser quilombola, esse processo é desenvolvido ao longo dos anos em seus amplos e variados sentidos.

Por isto, o livro busca trazer à tona essas movimentações e práticas de resistência presentes no cerne das vivências e experiências de vida dos habitantes, traçando um elo já constituído pela ancestralidade e que prossegue no tempo presente.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

O livro “Rotas em Movimento: trajetórias quilombolas em Helvécia”, conta com 4 perfis, sendo 4 de pessoas que fazem parte da comunidade quilombola e uma contextualização sobre a emancipação da comunidade. Cerca de 10 páginas serão reservadas para cada perfil, pensando em como as trajetórias de certa forma contextualizam e contam sobre a história de Helvécia. A questão das personagens perfiladas possuírem diferentes faixas etárias, é uma

escolha que pretende visar o valor afro-civilizatório da circularidade, entendendo a existência de cada uma como singular e complementar para falar sobre a história do território. Compreendendo-se, também, que a intelectualidade negra está imbricada em diversos processos sociais de forma orgânica, é impossível desassociar-se das várias subjetividades que carregamos e áreas que atuamos, logo, a escolha parte pela não categorização baseada em subdivisões. O texto possui as falas dos perfilados em itálico, mantendo as expressões da oralidade sem correções ortográficas, o que busca não perpetuar o racismo linguístico e o apagamento da linguagem regional.

Cada perfilado(a) terá uma foto de destaque ou imagem simbólica conforme cada capítulo. O intuito é evocar essa singularidade que parte da esfera do sensível e a partir do que as fontes permitiram que fosse revelado durante nossos encontros. O processo de editoração e diagramação do livro será realizado por Hannah Abranches, ilustradora e escritora. A capa foi construída por meio de uma ilustração vetorizada, inspirada em uma fotografia feita por mim, enquanto eu e minha prima Geiciane Santos, íamos até uma casa de farinha conversar com uma das pessoas entrevistadas. As plantas presentes na capa, como espada-de-são-jorge e pinhão roxo, foram encontradas no caminho e que prevaleciam na frente da porta da casa das pessoas. As outras duas pessoas que aparecem são Jane Krull e Dona Cocota, mulheres lideranças da comunidade e que possuem suas trajetórias contadas no livro. Pensando na ideia de caminhos trilhados pela ancestralidade e as novas rotas que traçamos no tempo espiralar, a ideia da capa foi concebida a partir dessas constatações.

Figura 2



Fonte: Acervo pessoal

O projeto gráfico foi pensado com as imagens de cada uma das personagens na abertura de cada capítulo, buscando evidenciar seus rostos, acompanhadas pelos títulos que nomeiam cada capítulo. As cores escolhidas são predominantemente verde e tons terrosos, em consonância com as cores das paisagens do território. Tendo em vista que Helvécia é uma comunidade urbana com espaços rurais, a natureza e grande quantidade de vegetação é algo muito presente, principalmente em lugares mais afastados do centro da comunidade.

O processo de entrevistas ocorreu por meio de 4 idas a campo, que aconteceram nos meses de janeiro, fevereiro, agosto e novembro de 2022. Janeiro foi escolhido porque já haviam sido distribuídas as segundas doses das vacinas contra a Covid-19. Dessa forma, o contexto parecia mais seguro para o início do trabalho de campo. Ainda assim, o uso de máscaras e álcool em gel prevaleceu, optando também pelas entrevistas serem em locais abertos, como nas varandas das casas das personagens perfiladas. A segunda visita ocorreu no mês seguinte, em fevereiro, quando fiquei durante uma semana na comunidade, abrigada na casa de minha prima Claudiana Santos. Nessa segunda ida à comunidade, as pessoas já pareciam mais à vontade, principalmente por meu parentesco com meu avô paterno, que era

morador da comunidade Cândido Mariano e também por minha ligação à família de Claudiana, prima de minha mãe.

As maiores dificuldades incluíram minha locomoção até a comunidade, pois a primeira vez que comecei as visitas, fui levada de carro por meu pai Alberto Neves Domingos e avô, Adalberto Correia Domingos. Na segunda vez, fui sozinha: o percurso até a comunidade baseava-se em pegar um ônibus até Posto da Mata (distrito de Nova Viçosa) e logo após seguir de ônibus circular que ia até Helvécia. Entretanto, os horários são bastante reduzidos, principalmente aos fins de semana, quando as fontes estavam mais disponíveis para concederem as entrevistas. A logística era sair de casa bem cedo para não correr o risco de perder o transporte. Outro desafio, era o fato de ainda residir em Minas Gerais e ter de regressar para a Bahia. A maior parte das vezes contei com os benefícios do Id Jovem e nas vezes em que não foi possível, com recursos próprios.

A necessidade de regressar também se deu pela dificuldade de contato com algumas fontes, como por exemplo Seu Zé, que não possui aparelho telefônico e por isso, as entrevistas exigiam novas visitas presenciais. Dona Cocota, também entrevistada neste trabalho, não gosta de conversas por telefone, então nossos encontros ocorreram imprescindivelmente de forma presencial.

A escolha pelas personagens deu-se principalmente pelo modo em que cada um carrega as nuances do que é ser quilombola e como a contra-colonialidade, prática utilizada como argumentação teórica deste trabalho, é presente nas vivências e ações experimentadas pelas personagens de diferentes faixas etárias e também nas diversas funções que executam em seus convívios dentro da comunidade por meio da bionteração, confluência e a circularidade.

A predominância feminina que se destaca no trabalho, não é por acaso: as mulheres em Helvécia estão sempre à frente das instituições, das tomadas de decisão, nas lutas por reconhecimento, emancipação intelectual, além de também zelarem pelos saberes que lhe foram passados. Dessa forma, suas histórias também se entrecruzam em legados e organizações em prol da comunidade.

As maiores dificuldades com o processo de escrita foi conectar as narrativas para que o texto ganhasse coesão e, de certa forma, trazer a sensação de proximidade por meio da escrita, já que na época da realização da maioria das entrevistas, não pudemos estar tão próximos assim. A escolha da linguagem é realizada a partir dos recursos do cenário e ambiente na escrita, contextualizando o momento e os sentidos evocados através das entrevistas.

Os 4 capítulos são nomeados em sequência por: “ Helvécia, território e emancipação”, “Plantar a vida, colher da terra”, “O terço e o atabaque” e “Erguendo Vozes”. O primeiro versa sobre a trajetória de vida de Dona Cocota, sua história com a comunidade e o importante papel que desempenhou durante a maior parte dos anos de sua vida, sendo parteira e também a pessoa mais velha do local. A história se aproxima também mais sobre sua personalidade e características subjetivas, a partir de seu cotidiano e hábitos que mantém.

O segundo perfil, busca expressar sobre a trajetória religiosa e pessoal de Seu Zé Maia e também de Mãe Maria, pessoas que possuem centros de umbanda dentro da comunidade, a partir de um legado familiar deixado por seus (suas) antepassados, e os conflitos que cerceiam suas práticas religiosas em meio a crescente de igrejas evangélicas no local.

O terceiro, reúne as trajetórias de Jane Krull, sua filha Juliana Krull e Polyana Constantino e como suas narrativas se unem a partir do pertencimento, sendo 3 mulheres negras que adentraram em uma universidade pública e estão construindo novas narrativas para si mesmas, traçando planos que abarcam o coletivo e também assumindo o protagonismo de suas próprias vivências em Helvécia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer através do produto experimental “Rotas em Movimento: trajetórias quilombolas em Helvécia”, uma abordagem sobre perfis jornalísticos, subjetividade e memória, entendendo a história da comunidade como uma construção coletiva através da narrativa dos moradores. Buscou também trazer a contra-colonialidade como um dos cerne da argumentação, entendendo que o jornalismo possui um papel fundamental na manutenção e continuidade do estado democrático de direito, entretanto, o modo de contar histórias precisa ser colocado em questionamento, pois também é atravessado pelas opressões que constituem a estrutura social em que vivemos. Estereótipos, espetacularização e a marginalização de pessoas negras, infelizmente é o que ainda acompanhamos em mídias hegemônicas. Entretanto, um jornalismo plural é possível, para além de narrativas dominadas pela colonialidade.

O tempo espiralar, bem proposto por Martins (2021) presente como bagagem teórica deste trabalho, também proporcionou percepções sobre o chegar e partir, no âmbito geográfico e também existencial. A ideia de linearidade não comportou os imprevistos nos caminhos, as novas ideias de escrita e nem mesmo a revisitação a memórias anteriores a mim. Compreendo hoje que, escrever perfis envolve presença. Nesta trajetória, estive envolta em afetos, cheiros, memórias de infância, toques e atenção. Escrever e refletir são funções pertencentes ao intelecto, mas que não se separam do corpo, já que este também é um produtor de saber.

Antes de contar estas histórias, pedi licença e me apresentei no texto, inteira, assim como também me apresentava aos personagens nos encontros. Não só enquanto jornalista em formação, como também filha e neta de pessoas consanguineamente ligadas àquele território. Considero o movimento de escrever em primeira pessoa um ato político e epistemológico de tomar a fala, quebrar o silêncio e romper barreiras há muito tempo criadas, tornando-me sujeita e não sujeitada.

A escolha por uma bibliografia aforreferenciada também foi uma tentativa de combate ao epistemicídio e invisibilidade de autores e autoras negros(as) tão importantes para o pensamento social brasileiro. Um contragolpe acerca das tentativas de invisibilidade à intelectualidade negra, que é manifestada de diversas maneiras, inclusive no campo dos saberes tradicionais. O livro também busca explorar a singularidade humana das personagens,

que além de lutas, também possuem sonhos, conquistas, emblemas e idiossincrasias, inerentes à própria complexidade da vida. No livro, a partir da narrativa dos personagens, um enfrentamento a morte simbólica, já que a memória é um modo de preservar a vida dos antepassados. Quando nos lembramos desses ancestres que também fazem parte do presente, estamos selando um pacto de vida, uma honra a trajetória daqueles que vieram antes e abriram caminhos e aqueles que ainda pisam sob esta terra. “Rotas em Movimento: trajetórias quilombolas em Helvécia” é um produto experimental sobre continuidade, afinal, como disse Mestre Antônio Bispo (2020): “Somos início, meio e início.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, C. **O perigo de uma história única**. Editora Companhia das Letras, 1ª edição, 2019.

BARROS, D. **Métodos e Técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Grupo GEN, 2006. 9788522474400. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522474400/> Acesso em: 2021 ago. 18.

BÂ, H. A tradição viva. **História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África**. Unesco, 2010. p. 169-212.

BAHIA. **Lei Orgânica do Município de Nova Viçosa**. Dispõe sobre a proteção aos patrimônios de valor histórico tombados pelo Poder Público Municipal. Disponível em: [SAI - Pagina Dinamica - Prefeitura Municipal de Nova Viçosa \(novavicosoba.gov.br\)](http://www.novavicosoba.gov.br/sai-pagina-dinamica-prefeitura-municipal-de-nova-vicososa). Acesso em 27/09/2022

BOAS, S. V. **Perfis e como escrevê-los**. Editora Summus, São Paulo. 2003.

CARMO, Alane Fraga do. **Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)**. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CARVALHO, C. A. de. **A tríplice mimese de Paul Ricoeur como fundamento para o processo de mediação jornalística**. 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt9_carlos_%20alberto_carvalho.pdf. Acesso em: 26/12/21

COLLINS, P. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Dossiê: **Decolonialidade E Perspectiva Negra**, 2016. Acesso em: 30/12/2021. Disponível em: [SciELO Brasil - Aprendendo com a outsider within Aprendendo com a outsider within](https://scielo.br/pb/artigo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SciELO%20Brasil%20-%20Aprendendo%20com%20a%20outsider%20within%20Aprendendo%20com%20a%20outsider%20within).

DELGADO, L. de A. N. **História Oral: Memória, tempo identidades**. 2ª edição, Editora Autêntica, 2006.

EVARISTO, C. **Cadernos Negros**, volume 25, 2002.

_____. **Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro, 2020.

FONSECA, M.N.S **Escrevivência: a escrita de nós- Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro, 2020.

GOMES, F. M. **As epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do Sul Global**. Revista Páginas de Filosofia, volume 4, p. 39-54, 2012. Acesso em:

18 out 2022. Disponível em: [As epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do Sul Global | Gomes | Páginas de Filosofia \(metodista.br\)](#). Acesso em 18/10/2022.

GOMES, L. **Helvécia: Homens, Mulheres e Eucaliptos- Histórias de sonhos, conflitos e dores**. Semoc 10 anos, Universidade Católica de Salvador, 2008. Acesso em 23/06/2022. Disponível em: ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3173/1/Helvécia.pdf

GOMES, L. **Helvécia: Homens, Mulheres e Eucaliptos (1980-2005)**. Universidade do Estado da Bahia, 2009. Acesso em 23/06/2022. Disponível em: [Domínio Público - Detalhe da Obra \(dominiopublico.gov.br\)](#)

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. p. 223-244, 1984.

HALL, S. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2018.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

LIMA, E. P. **Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Editora Manole, 4ª edição. Barueri, 2009.

MARTINEZ, M. A história de vida como instância metódica técnica no campo da Comunicação. **Revista Comunicação e Inovação**. Acesso em 30/12/2021. Disponível em: [A história de vida como instância metódico-técnica no campo da Comunicação | Semantic Scholar](#)

MARTINS, L.M. **Afrografias da Memória: o Reinado do rosário no Jatobá**. Mazza edições, 1997.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo tela**. Editora Cobogó, 2021.

MBEMBE, A. **O Tempo em Movimento**. Revista Contracampo UFF 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17612/O%20Tempo%20em%20Movimento>. Acesso em: 25/10/2021

MORAES, F. Subjetividade, ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo. v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019. Acesso em 31/05/2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/15324>

MUNANGA, K. **Origem e histórico do quilombo na África**. Revista USP, [S. l.], n. 28, p. 56-63, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364>. Acesso em: 2 jan. 2022.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. São Paulo. Editora Zahar, 2021.

OLIVEIRA, F. S. S; BARBOSA, L. P. **Epistemologias Marginalizadas: a questão racial no debate sociológico latino-americano**. Afro-Ásia, n. 62, 2020.

OLIVEIRA, Paulo Vinícius Brito dos Santos. **Quilombo De Helvécia: Lugar De Memória E Resistência (2004-2013)**. Congresso Nacional de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA6_ID9084_07092018091352.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial e Instituto Kuanza, 2006.

_____. A face quilombola no Brasil. In: Silvério, Valter et al. **Relações étnico-raciais: um percurso para educadores**. São Carlos, Edufscar, p. 133-154, 2012. Disponível em: <http://ufg.academia.edu/AlexRatts>. Acesso em: 25 set. 2022

SANTANA, G. P. G. **Entre o dito e o não dito: conflitos e tensões na refundação territorial quilombola: uma análise a partir da Comunidade de Helvécia – extremo sul da Bahia**. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em: https://hugepdf.com/download/entre-o-dito-e-o-nao-dito_pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

SANTOS, A. B. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. Brasília, DF: INCTI - UnB, 2015.

Santos, A. B. dos ., & Mayer, J. (2020). **Início, meio, início: Conversa com Antônio Bispo dos Santos**. *Indisciplinar*, 6(1), 52–69. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-3263.2020.2624>. Acesso em: 20/10/2022.

SANTOS, A.B. Confluências Afroindígenas. **Perspectiva Contracolonial - Mestre Antônio Bispo dos Santos**. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bhdV4u8Dt20&t=196s>. Acesso em: 18 de out. 2022.

SANTOS, A.B. Do Morro Produções. **Confluências – Antônio Bispo**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fi-4T8tdYDY&t=147s>. Acesso em 18.out. 2022

_____. **Somos da terra**. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.

SILVA, A. T. P. da. **O perfil jornalístico como uma leitura do cotidiano**. 2010.
Disponível em:
<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-0196-1.pdf>.
Acesso em: 13 ago. 2021.

SODRÉ, M; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística.
São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. Rio de Janeiro. Editora Mauad X, 2019.

ANEXOS


ANEXO I - Registro dos documentos referentes ao autorreconhecimento e reconhecimento oficial de Helvécia.

Registro 1: Reconhecimento oficial de Helvécia publicado no Diário Oficial da União em 19 de abril de 2005.

Nº 74, terça-feira, 19 de abril de 2005	Diário Oficial da União - Seção 1	ISSN 1677-7042 3
<p align="center">Ministério da Cultura</p> <p align="center">AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA</p> <p align="center">RETIFICAÇÕES</p> <p>Na Deliberação nº 90, de 15 de março de 2005, publicada no D.O.U. nº 73, de 18 de abril de 2005, Seção 1, página 18, para constar o seguinte, onde se lê:</p> <p>Deliberação nº 90, de 15 de março de 2005.</p> <p>Leia-se:</p> <p>Deliberação nº 90, de 15 de abril de 2005.</p> <p>Nos termos da Deliberação nº 099, de 13 de Abril de 2005, publicada no D.O.U. nº 073, de 18 de Abril de 2005, Seção 1, página 18, em relação ao projeto "Algo de Novo", para considerar o seguinte, onde se lê:</p> <p>011926 - "Algo Novo"</p> <p>011926 - "Algo de Novo"</p> <p align="center">SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL</p> <p align="center">DELIBERAÇÃO Nº 93, DE 18 DE ABRIL DE 2005</p> <p>O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 11, de 28 de janeiro de 2005 e em cumprimento no disposto na Lei nº 8.313, de 24 de dezembro de 1994, Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002, e Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:</p> <p>Art. 1º - Aprovar o remanejamento do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento e da formalização de contratos de co-produção nos termos dos Arts. 1º e 3º da Lei nº 8.685/93 e mediante doações ou patrocínios, na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313/91.</p> <p>030513 - O Coronel e o Lobisomem Processo 00050.00469/2003-78 Proponente: Natasha Enterprises Ltda. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ CNPJ: 04.595.276/0001-33 Valor total do orçamento aprovado: R\$ 1.533.614,49 Valor aprovado no Artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 1.800.000,00 para R\$ 2.100.000,00 Banco 001 - Agência: 1572-5 Conta Corrente: 10227-X Valor aprovado no Artigo 3º da Lei nº 8.685/93: R\$ 3.000.000,00 Banco 001 - Agência: 1572-5 Conta Corrente: 10228-5 Valor aprovado na Lei nº 8.313/91: de R\$ 2.004.262,82 para R\$ 1.704.262,82 Banco 001 - Agência: 1572-5 Conta Corrente: 10229-6 Período de captação: de 01/01/2005 até 31/12/2005</p> <p>Art. 2º - Promover o prazo de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante doações ou patrocínios, na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313/91.</p> <p>040326 - Tubarão Limão Processo: 01180.013821/2004-27 Proponente: Gafis Com e Produções Cin Audiovisuais e Artist Ltd. Cidade/UF: Assis/SP CNPJ: 01.486.085/0001-22 Período de captação: de 01/01/2005 até 31/12/2005.</p> <p>Art. 3º - Promover o prazo de captação dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos através da comercialização de Certificados de Investimento nos termos do Art. 1º da Lei nº 8.685/93 e mediante doações ou patrocínios, na forma prevista nos Arts. 25 e 26 da Lei nº 8.313/91.</p> <p>030210 - Claudeteiros Processo 00050.003037/2003-55 Proponente: Bananeira Filmes Ltda. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ CNPJ: 02.140.120/0001-10 Período de captação: de 01/01/2005 até 31/12/2005.</p> <p>030161 - Inferno Provisório Processo: 00050.002600/2003-78 Proponente: Bananeira Filmes Ltda. Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ CNPJ: 02.140.120/0001-10 Período de captação: de 01/01/2005 até 31/12/2005.</p> <p>Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p align="right">LUIZ FERNANDO NOEL DE SOUZA</p>	<p align="center">FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES</p> <p align="center">PORTARIA Nº 7, DE 6 DE ABRIL DE 2005</p> <p>O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43 de 04 de março de 2004, Seção 1, f.07, resolve:</p> <p>Art. 1º Registrar nos Livros de Cadastro Geral n.º 002 e 003, Certificar que conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades, a seguir, são REMANESCENTES DOS QUILOMBOS:</p> <p>I Comunidade de Velame, localizada no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia Sul, Livro 002, registro nº 116, f. 21.</p> <p>II Comunidade de Cargume, localizada no município de Itaoca, Estado de São Paulo, Livro 002, registro nº 122, f. 27.</p> <p>III Comunidade de Morro Seco, localizada no município de Iguaçu, Estado de São Paulo, Livro 002 registro nº 123, f. 28.</p> <p>IV Comunidade de Mandira, localizada no município de Cananéia, Estado de São Paulo, Livro 002, registro nº 124, f. 29.</p> <p>V Comunidade de Cunani, localizada no município de Calçoene, Estado do Amapá, Livro 002, registro nº 125, f. 30.</p> <p>VI Comunidade de Agreste, localizada no município de Rancho de Santana, Estado da Bahia, Livro 002 registro nº 126, f. 31.</p> <p>VII Comunidade da Pontinha, localizada no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais Livro 002, registro nº 127, f. 32.</p> <p>VIII Comunidade de Santa Cruz, localizada no município de Bunt, no Estado de Maranhão, Livro 002 registro nº 128, f. 33.</p> <p>IX Comunidade de Helvécia, localizada no município de Nova Vicosas, Estado da Bahia Livro 002, registro nº 129, f. 34.</p> <p>X Comunidade de São Pedro, localizada no município de Ananiasbuá, Estado do Maranhão, Livro 002, registro nº 133, f. 40.</p> <p>XI Comunidade de Negros de Galú, localizada no município de Itacurubi, Estado de Pernambuco, Livro 002 registro n. 137, f. 42.</p> <p>XII Comunidade de Maquém, localizada no município de União de Palmares, Estado de Alagoas, Livro 002, registro nº 141, f. 46.</p> <p>XIII Comunidade de Quilombos, localizada no município de Santa Luzia do Norte, Estado de Alagoas, Livro 002, registro nº 142, f. 47.</p> <p>XIV Comunidade de Povoador da Cruz, localizado no município de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, Livro 002, registro nº 143, f. 48.</p> <p>XV Comunidade de Cajá dos Negros, localizada no município de Batalha, Estado de Alagoas, Livro 002 registro nº 144, f. 49.</p> <p>XVI Comunidade de Alto do Tamandá, localizado município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, Livro 002, registro nº 145 f. 50.</p> <p>XVII Comunidade de Jari e Moçó, localizado no município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas, Livro 002, registro nº 146, f. 51.</p> <p>XVIII Comunidade de Kahunga, localizada nos municípios de Caruarú, Terena e Monte Alegre de Goiás, Estado de Goiás, Livro 002, Registro 1924, 97.</p> <p>XIX Comunidade de Botaraca, localizada no município de Nilo Peçanha, Estado da Bahia Livro 003, registro nº 196, f. 02.</p> <p>XX Comunidade de Itimane, localizado no município de Nilo Peçanha, Estado da Bahia, Livro 003, registro nº 197, f.03.</p> <p>XXI Comunidade de São Miguel, localizada no município de Maracaju, Estado do Mato Grosso do Sul, Livro 003 registro nº 198, f.04.</p> <p>XXII Comunidade de Picedinha/Comunidade Negra Rural Quilombola Deradêrio Felipe de Oliveira localizada no município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, Livro 003, registro nº 199, f.05.</p> <p>XXIII Comunidade de Souza, localizada no município de Portezas, Estado do Ceará, Livro 003, registro nº 200, f.06.</p> <p>XXIV Comunidade de Pomba, localizada no município de Santa Rita do Novo Destino, Estado de Goiás, Livro 003 registro nº 201, f.07.</p> <p>Art. 2º O referido é verdade e dou fé. Extm e mando publicar.</p> <p>Art. 3º Revoga-se a Portaria/FCP nº 17 de 29 de abril de 2004.</p> <p align="right">UBIRATAN CASTRO DE ARAUJO</p>	<p align="center">Ministério da Defesa</p> <p align="center">COMANDO DO EXÉRCITO</p> <p align="center">GABINETE DO COMANDANTE</p> <p align="center">PORTARIA Nº 227, DE 18 DE ABRIL DE 2005</p> <p>O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.790, de 29 de setembro de 1998, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e de acordo com o que propõe a Secretária-Geral do Exército, resolve:</p> <p>CONCEDER o Passador de Platina da Medalha Militar ao General-de-Divisão (012117921-2) RONALD SILVA MARQUES, criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, nos termos do Decreto nº 39.207, de 22 de maio de 1956, com a redação dada pelo Decreto nº 70.751, de 23 de junho de 1972, por haver completado, em 10 de abril de 2005, quarenta anos de bons serviços nas condições exigidas pela Portaria do Comandante do Exército nº 013, de 11 de janeiro de 2001.</p> <p align="right">FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE</p> <p align="center">SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS</p> <p align="center">PORTARIA Nº 26-SEE, DE 11 DE ABRIL DE 2005</p> <p>Cassa a semi-autonomia administrativa do Colégio Militar de Recife, desvinculando-o do Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército, e concede-lhe autonomia administrativa.</p> <p>O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria Nº 761, de 02 de dezembro de 2003, do Comandante do Exército, ouvido o Estado-Maior do Exército, resolve:</p> <p>Art. 1º Cassar, a contar de 31 de maio de 2005, a semi-autonomia administrativa do Colégio Militar de Recife (CMR), CODM 02071.9, desvinculando-o do Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército (União 7ª RM/7ª DE), CODAM 02510.6, sendo ambos as Organizações Militares com sede na cidade de Recife-PE.</p> <p>Art. 2º Conceder, a partir de 1º de junho de 2005, autonomia administrativa ao CMR.</p> <p>Art. 3º Determinar às Organizações Militares Diretamente Subordinadas à SEE que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.</p> <p>Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.</p> <p align="right">Gen Ex ERON CARLOS MARQUES</p> <p align="center">COMANDO DA AERONÁUTICA</p> <p align="center">DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL</p> <p align="center">SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL</p> <p align="center">PORTARIA DAC Nº 3095/STE, DE 12 DE ABRIL DE 2005</p> <p>Aprova a Instrução de Aviação Civil que dispõe sobre os requisitos para realização de verificação de pericia e estabelece orientações para uso e preenchimento das fichas de avaliação de pilotos.</p> <p>O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, tendo em vista a delegação de competência estabelecida no item 08 do Art. 1º da Portaria DAC nº 007/DGAC, de 05 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 27 de janeiro de 2005, e de acordo com a Portaria 453/GMS, de 02 de agosto de 1991, publicada no DOU de 05 de agosto de 1991, resolve:</p> <p>Art. 1º Ser efetivada a IAC abaixo discriminada:</p> <p>IAC 061-1003</p> <p>Título: Verificação de pericia para concessão de licenças e habilitações.</p> <p>Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.</p> <p align="right">Cel. Av. JORGE LUIZ BRITO VELOZO Chefe Interino</p> <p align="center">PORTARIA DAC Nº 310/STE, DE 12 DE ABRIL DE 2005</p> <p>Aprova a Instrução de Aviação Civil que dispõe sobre os requisitos para realização de exames de proficiência e exames em terra dos pilotos de empresa aérea que realizam operações domésticas, de bandeira e suplementares.</p> <p>O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, tendo em vista a delegação de competência estabelecida no item 08 do Art. 1º da Portaria DAC nº 007/DGAC, de 05 de janeiro de 2005, publicada</p>

Fonte: Imprensa Nacional

Registro 2: Certidão de auto-reconhecimento de Helvécia, emitida em março de 2005.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro
CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Helvécia**, localizada no município de Nova Viçosa, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 002, Registro n. 129, fl. 34, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Associação e Comunidade Afro (A. C. A.)
CNPJ/MF nº 04.547.263/0001-76

Maria da Conceição – CPF/MF nº 341.346.625-91
Benício Ricardo – CPF/MF nº 636.936.746-04
Manoel Norberto – CPF/MF nº 161.482.825-34
Amâncio dos Santos – CPF/MF nº 081.340.655-20
Sérvulo Constantino Filho – CPF/MF nº 244.951.665-49

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da
Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **02 de março** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106/(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

Fonte: Associação Quilombola de Helvécia (AQH).

Lista de figuras

Figura 1: Peji do terreiro de umbanda Pai Benedito.



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 2: Na foto, Geiciane Santos. Fotografia utilizada como referência para a capa do livro.



Fonte: Acervo pessoal.